

## ***A articulação entre o a educação pré-escolar e o 1ºciclo do ensino básico – construir a ponte.***

*“ Em quase todas as épocas e em quase todas as partes do mundo os primeiros oito anos de vida têm sido encarados como a primeira e muito importante fase da existência. Neste período as crianças aprendem a participar nesse mundo e contribuem para ele com a sua criatividade, imaginação, sensibilidade e espírito crítico”. (Bruce, in Bertram e Pascal)*

A importância desta faixa etária na vida futura das crianças, é o motivo pelo qual se pretende entender como é que a coexistência do pré-escolar e o primeiro ciclo se poderá desenvolver num “continuum” educativo, de modo a contrariar a ainda existente (e persistente) descontinuidade educativa.

Esta descontinuidade educativa, por muito que se possa pensar, não tem a sua causa na ausência de um suporte legislativo. Pelo contrário. Os referenciais legislativos existentes são razoáveis para podermos dar uma significativa importância à articulação entre estes níveis de educação e ensino.

Assim, a preocupação com a articulação remonta aos anos 70 com a publicação dos Estatutos dos Jardins de Infância; em 1986 é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo na qual se salienta a importância da articulação entre ciclos; em 1997 é publicada a Lei 5 de 10 de Fevereiro, que designa que a Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da educação básica; em 1997 as OCEPE publicadas através do Despacho n.º 5220 referem que: *“cabe ao educador promover a continuidade educativa num processo marcado pela entrada para a educação pré-escolar e a transição para a escolaridade obrigatória. (...) e (...)proporcionar as condições para que cada criança tenha uma aprendizagem com sucesso na fase seguinte competindo-lhe, em colaboração com os pais e em articulação com os*

*colegas do 1.º ciclo, facilitar a transição da criança para a escolaridade obrigatória”*

Em 2007, a DGIDC produz o documento –“Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar – Contributos para a sua Operacionalização”, que integra princípios sobre a organização curricular e a articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Nesta circular é referido que, *“a articulação entre as várias etapas do percurso educativo implica uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspectiva de continuidade e unidade global de educação/ensino.*

Toda esta legislação aponta para uma ligação positiva entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico, estabelecendo que se trabalhe em conjunto, promovendo a articulação curricular, de modo a contribuir de forma efetiva para o sucesso educativo.

De acordo com a definição do conceito, podemos considerar que esta articulação curricular seja entendida como um “...trabalho, em que os docentes do pré-escolar e do primeiro ciclo, enquanto gestores de currículos específicos, estabelecem pontes, discutem e se relacionem em equipa”, (Costa, 2010) contribuindo para a transição. Deste modo torna-se obrigatório compreender a dimensão da necessidade de articular. Compreender que, “...aprendendo em conjunto, poderemos atribuir mais significados ao aprendido.” e que “não articulamos porque estamos em espaços contíguos; articulamos porque, em conjunto, podemos aprender mais.” (Costa, 2010).

Mas articular não significa tornar igual. Pelo contrário, obriga a considerar e a reconhecer a especificidade de cada um dos setores. Assim, da mesma forma que consideramos o 1º ciclo do Ensino Básico como o primeiro momento de escolarização formal, não podemos confundir a Educação Pré-escolar como uma extensão para a base da escolaridade obrigatória ou

mesmo que se centre na preparação para o nível seguinte. Admitir a continuidade, assumir a necessidade de articulação e ajustamento não significa que cada nível não mantenha a sua própria identidade.

No entanto, esta continuidade, nem sempre se apresenta evidente. Na verdade encontramos, um conjunto de obstáculos e insatisfações, fruto de tradições e práticas que durante muito tempo se foram solidificando e instituindo.

O isolamento que até há bem pouco tempo caracterizava estes dois setores de educação era apresentado como a causa da descontinuidade educativa. Cada subsistema era olhado como um só, independente, sem relação e sem articulação.

Após a criação dos territórios educativos ou agrupamentos de escolas tal realidade foi-se alterando progressivamente. O contacto entre os docentes dos dois setores, nos conselhos de docentes ou noutros espaços dos agrupamentos, foi contribuindo para um novo modo de entender a necessidade de um trabalho conjunto, promotor de uma continuidade educativa.

No entanto, fruto das políticas educativas e dos desinvestimentos na educação dos sucessivos governos, hoje coexistem na chamada “unidade orgânica”, impessoal e fria, apenas parte de “mega-agrupamentos”, onde todos competem entre si, tentando sobreviver, cultivando egoísmos em vez de solidariedades, isolando-se em vez de partilhar e colaborar, ou seja articular.

Equacionar a articulação entre a Educação Pré-escolar e o Primeiro Ciclo do Ensino Básico implica que as políticas educativas permitam que a escola atual cuide do seu aperfeiçoamento promovendo a importância e a qualidade das aprendizagens, não só na sala de aula, como em todo o espaço escolar, não só nos docentes isoladamente, mas na construção de uma postura proactiva. Constatado por investigadores “existem amplas

evidências que mostram que a colegialidade e a colaboração entre os docentes são efetivamente parte integrante de um aperfeiçoamento sustentado”. (Fullan & Hargreaves (2001).

Tais constatações subentendem à partida, opções, posicionamentos e exigências a ter em conta:

- A assunção, explícita e inequívoca, nos órgãos e estruturas do sistema educativo, da Educação Pré-escolar como primeira etapa de uma educação básica, implicando uma maior importância e valorização deste setor educativo;
- Uma aposta empenhada na qualidade pedagógica da educação pré-escolar, incluindo a urgente regulamentação do processo de avaliação, em que cabe a consagração de um calendário escolar adequado e coincidente com o definido para o ensino básico;
- A importância dos contextos locais, enquanto territórios de desenvolvimento curricular e espaços produtores de inovação;
- A conceção do currículo como projeto formativo integrado, de modo a permitir a expressão da identidade e da especificidade de cada escola;
- A desburocratização da vida das escolas e da atividade docente criando mais espaços de discussão e participação;
- A transferência de competências para as escolas de modo a poderem tomar decisões tanto a nível pedagógico como organizacional, político e administrativo;
- A necessária estabilidade do corpo docente de modo a permitir a continuidade de planeamento e projetos comuns.

Em 2002 nas conclusões do Encontro Nacional da Educação Pré-escolar realizado pela FENPROF, foi referido que:

“ Sendo a educação um processo continuado, sem princípio e sem fim, a articulação e a sequencialidade entre ciclos é imprescindível para um processo educativo de qualidade. As afinidades com o sector de educação que nos está mais próximo, o 1º CEB, são muitas e evidentes. O reconhecimento sobre a importância desta faixa etária na vida futura das crianças, é a razão pela qual procuramos entender, como é que o pré-escolar e o primeiro ciclo se poderão desenvolver, colaborativamente, em estabelecimentos de ensino onde coabitam diariamente, contrariando a descontinuidade educativa, amplamente estudada, que ainda hoje se continua a verificar. Se nem sempre é fácil articular e interagir, deveremos ser capazes de nos condicionarmos mutuamente de uma forma positiva, sem que isso implique escolarizarmos precocemente as crianças com quem trabalhamos, num compromisso de que resultarão, sem dúvida, benefícios para o sistema educativo. Planificar, observar, avaliar, reflectir, articular, colaborar ou cooperar são aspectos fundamentais num acto educativo de qualidade. Mas a articulação e a sequencialidade entre ciclos só são possíveis se não forem negadas aos docentes as condições necessárias ao exercício das suas funções”.

Passados 14 anos devemos continuar a debatermo-nos por estes princípios a bem do sistema educativo e da escola pública de qualidade.

Viva a Fenprof e o seu XII Congresso.

#### Bibliografia:

- Costa, M. de Lurdes Pires, (2010): *Entre o Pré-Escolar e o Primeiro Ciclo: Descrição de um processo supervisivo entre pares*;
- Fullan, M., & Hargreaves, A. (2001): *Porque é Que Vale a Pena Lutar?* Porto: Porto Editora;
- Pascal, C. & Bertram, T. (1999): *Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias: nove estudos de caso*, Porto: Porto Editora;